

O movimento de renovação da geografia econômica: explorando um quadro teórico e suas possibilidades

FUINI, Lucas Labigalini¹

Resumo

O presente artigo tem como objeto de estudo o processo de mudança da Geografia econômica nacional e internacional e a emergência de um repertório teórico renovado que dá cada vez mais ênfase às dimensões territoriais do desenvolvimento. A hipótese aqui apresentada é que a Geografia econômica, área consagrada de estudo da Ciência Geográfica, tem passado por um processo de renovação em seus principais conceitos e instrumentais teóricos, indo além da tradicional análise locacional baseada em elementos estritamente econômicos, fazendo aparecer termos como “proximidade organizacional”, “governança”, “mercados locais de trabalho” e “desenvolvimento territorial”. Trata-se do advento de um novo vocabulário nas análises econômico-geográficas e que adiciona a esse campo de estudo fatores culturais, políticos e institucionais presentes nos territórios locais e regionais.

PALAVRAS-CHAVE: Geografia econômica; movimento de renovação; desenvolvimento territorial.

1 Professor Assistente Doutor da UNESP-Campus de Ourinhos. Mestre e Doutor em Geografia pela UNESP-Rio Claro, área de Concentração em Organização do Espaço. Email:lucasfuini@ourinhos.unesp.br

Abstract

This research project has as its object of study the process of changing national and international economic geography and the emergence of a renewed theoretical repertoire which gives more emphasis on territorial dimensions of development. The hypothesis of this study is that economic geography, land area devoted to the study of Geographic Science, has undergone a renovation process in its key concepts and theoretical tools to study, going beyond the traditional locational analysis based on strictly economic elements, bringing up terms as “organizational proximity”, “governance”, “local labor markets” and “territorial development”. It is the advent of a new vocabulary in the geographic and economic analysis and that adds to this field of study cultural, political and institutional present in local and regional territories.

KEYWORDS: economic geography; renewal movement; territorial development.

1. Introdução

O artigo que aqui apresentamos se alicerça na premissa de que a Geografia econômica, área consagrada de estudo da Ciência Geográfica, tem passado por um processo de renovação em seus principais conceitos e instrumentais teóricos de estudo. O objetivo desse estudo é organizar um breve quadro conceitual que situe, lado a lado, os conceitos da Geografia econômica clássica com aqueles trabalhados pelo que propomos chamar de “Geografia econômica renovada”, relacionando-os e exemplificando-os através do levantamento de bibliografia específica.

O processo de mudança da Geografia econômica - enquanto corpo de estudo consolidado na ciência geográfica - decorre de dois fatores: surgimento de pesquisas que buscam explicar as estratégias locacionais das atividades econômicas através de suas conexões com os territórios, suas instituições e recursos específicos; e a existência de um mosaico global de regiões produtivas que expressam diferentes formas de articulação entre atores, capitais e territórios, expondo novas possibilidades para o desenvolvimento dos territórios.

Assim, o aparato teórico explicativo processo sócio-econômico globalizado que define a paisagem econômica atual transita, entre outros conceitos, por termos como governança, competitividade, proximidade, mercado local de trabalho

e recursos territoriais, associados a um corpo conceitual maior denominado de “desenvolvimento territorial”, termo este que combina expansão econômica com conteúdo social em diferentes formatos.

Essa análise divide-se em três partes principais: na primeira delas, aborda-se o *ethos* de conhecimento que estruturou os primeiros estudos de uma Geografia dita “econômica”, calcada na Teoria da Localização e em seus clássicos. Preliminarmente, observa-se que essa tradição epistemológica ainda se faz presente em muitos estudos nas áreas de Geografia econômica e Economia espacial. A segunda parte apresenta as propostas centrais de um movimento autodenominado “New Geography”, observando-se criticamente os limites dessa tal inovação. Em um terceiro momento, expõe-se uma visão diferenciada dos estudos econômico-geográficos, que batizamos de “Geografia econômica renovada”, situada no reconhecimento do papel ativo que o território, com seus recursos, atores e escalas, exerce nos processos de desenvolvimento.

2. Os fundamentos da geografia econômica

Segundo Pierre George (1967), a área de estudo denominada de Geografia Econômica tem por objeto o estudo das formas de produção, assim como da localização do consumo dos diferentes produtos no âmbito mundial. Trata-se, pois, de uma ciência humana visto que os processos de produção, transporte e trocas, de transformação e de consumo dos produtos resultam de formas de organização humanas.

Manuel Correia de Andrade (1973) menciona que na tradição geográfica brasileira, a Geografia econômica aparece como subdivisão da Geografia humana e que se preocupa com as influências da produção, circulação e do consumo dos produtos na organização do espaço. Neste campo de estudos, portanto, se colocariam os estudos geográficos da indústria, dos transportes, do espaço agrário, da produção de energia, da população e do comércio e serviços. Egler (1994) afirma que a Geografia econômica teve seu início no século XIX, denominada de Geografia comercial.

A principal problemática epistemológica dos estudos de Geografia econômica é a tentativa de compatibilizar o espaço geográfico com o econômico. Pires (1998) expõe a evidência de que o desenvolvimento econômico não se distribui de forma homogênea no espaço, trazendo implicações políticas e sociais. Ressalta-se a importância dos estudos relacionados à diferenciação das regiões quanto à complexidade de seus recursos produtivos, domínio de mercados, qualificação da mão-de-obra, etc.

Perroux foi pioneiro na diferenciação do espaço econômico, considerando-o um espaço abstrato fruto de relações abstratas não relacionadas diretamente à localização geográfica. Esse espaço pode ser representado por um espaço de planejamento (de acordo com a atividade de uma firma ou órgão público), o espaço polarizado (hierarquizado e diferenciado conforme as concentrações de população e produção) e o espaço homogêneo (definido segundo variáveis cuja aproximação cria uma identidade). Portanto, a conjunção do espaço econômico e suas variáveis com sua área geográfica definem o espaço geoeconômico (PIRES, 1998).

Santos (2003) se contrapõe à perspectiva de Perroux de um espaço topológico, *a priori* definido pelo desenvolvimento ou não de pólos de crescimento. Em sua opinião, o espaço econômico é classificado como o espaço abstrato, de alguns poucos e caracterizado pela ação do capital monopolista, enquanto o espaço geográfico é o espaço concreto, de todos, que consegue captar de forma multidisciplinar a hierarquia de forças que atuam sobre o espaço, relacionando o institucional, o empresarial e o público.

Os primeiros trabalhos a individualizar a perspectiva econômica como área de estudo da Geografia estão ligados aos estudos locacionais. Azzoni (1982) denomina de “Teoria clássica da localização” o corpo teórico estrutural sobre a localização das atividades econômicas e que remete às contribuições de Von Thunen, Christaller, Weber, Isard, Losch, entre outros. Nestes autores fica patente a preocupação em explicar as razões da escolha da localização de atividades econômicas no espaço que está associada aos determinantes de custos de fatores de produção, distância/custos de transportes e a influência das forças aglomerativas.

Uma explicação que traduz o pensamento dessa geração é a de August Losch (1954) sobre a minimização de custos para a definição da localização ótima. Seguindo um raciocínio puramente econômico, esse autor busca explicação para a configuração dos sistemas de cidades baseado na idéia de uma planície na qual a população distribui-se homogeneamente e ocupa-se do cultivo de um produto agrícola, realizando comércio com sua área subjacente. Chega-se à conformação hexagonal do território conforme as economias de escala das atividades e a possibilidade de maximização de lucros, em contexto de concorrência perfeita.

Benko (1996) denomina de primeira ortodoxia do pré-guerra os teóricos pertencentes à escola de Iena, destacando Losch e Christaller, que partem da preocupação de se pensar a emergência de concentrações urbanas de atividades manufatureiras ou terciárias em um espaço plano/homogêneo e como se dá a hierarquia entre essas aglomerações conforme o tamanho da população, sua renda e leque de serviços oferecidos.

Trata-se de esquemas de explicações estruturalistas que partem de pressupostos ideais de um ótimo escalar de produção e que definem a posição das cidades na rede de “lugares centrais” em consonância às suas economias de escala. A chamada “mão invisível” da economia de mercado seria base para a explicação nesse referencial teórico.

3. Propostas de renovação: a “new geography”

Egler (1994) propõe uma revisão crítica da Geografia econômica através da análise de dois corpos conceituais oriundos de análises dos anos 1930 e 1950: as teorias das ondas longas e ciclos de inovação, de Kondratieff e Schumpeter, respectivamente, e a teorias das relações Centro-periferia, de Prebisch.

No entanto, a mais conhecida proposta de renovação teórica da Geografia econômica, vem das contribuições de Paul Krugman, com sua “New Economic Geography”. O início dessa dita “Nova Geografia econômica”, fortemente calcada na relação entre comércio e economia, se baseia no livro “Geografia e comércio”, publicada em 1991 por Krugman. A síntese desse novo corpo de pesquisa se dá com a obra “The spacial economics”, lançado em 1999 por Fujita, Krugman e Venables.

Essa linha de pensamento busca lançar novos instrumentos para explicar a localização das atividades econômicas no espaço, utilizando modelos de concorrência imperfeita para análise do comércio internacional. No entanto e apesar da proposta inovadora, seus estudos ainda fazem uso de variáveis tradicionais da análise locacional clássica, como as noções de distância, custos de transportes e externalidades espaciais de economias de aglomeração.

A nova geografia econômica krugniana tenta explicar a formação de economias de aglomeração baseadas em contextos de proximidade geográfica, redução de custos de transportes, infraestrutura de comunicação, *spillovers* tecnológicos, cultura corporativa e trabalho qualificado, fazendo uso de modelos associados às concepções de “equilíbrio geral”, “comportamento agregado”, “maximização individual” e relação “centro-periferia”. Dentre seus objetos empíricos de estudos se colocam os *clusters* industriais, aglomerações urbano industriais, políticas de desenvolvimento e dinâmica de mercados internos. (KRUGMAN, 1998; RUIZ, 2003).

No entanto, as propostas de Krugman e de seu grupo soam mais como uma programa de mudança das metodologias e técnicas empregadas nos estudos econômico-geográficos do que um salto qualitativo em direção a um novo quadro

teórico-conceitual e novos parâmetros epistemológicos que levem em conta a dinâmica dos territórios e os processos de territorialização das atividades produtivas, cruzando o econômico com o cultural, o histórico, o político e o geográfico. A perspectiva de Krugman ainda permanece associada à noção de espaço econômico, um espaço de análise ideal e polarizado, que deixa de lado as variáveis inerentes aos processos de regulação e governança dos territórios.

Ruiz (2003) salienta, em crítica à corrente supramencionada, que seria preferível uma abordagem teórica que privilegiasse a diversidade social e regional e que fosse capaz de lidar com as “histórias locais das estruturas espaciais”.

No Brasil, Clélio Campolina Diniz (1993) estabelece, de um ponto de vista mais prático, a emergência de uma “nova geografia econômica” no país com base na análise conjunta dos processos de desconcentração industrial e de polarização econômica. Em artigo posterior, Diniz; Lemos; et alii, (2003) expõe uma nova geografia econômica associada a uma nova configuração regional brasileira, com a delimitação de pólos econômicos e suas áreas de influência através do uso do modelo gravitacional de estudos espaciais e do Sistema de Informações Geográficas (SIG). As abordagens principais deste estudo são as concepções de “lugares centrais”, “áreas de mercado” e “hierarquias de poder”, ou seja, noções já maciçamente trabalhadas nas abordagens clássicas da Teoria da Localização.

Benko (1996) aponta também as insuficiências do estruturalismo global, “guarda-chuva” teórico que inclui:

- As teorias das etapas de desenvolvimento de Rostow (1963);
- A teoria da Dependência e sua relação com a categoria de divisão internacional do trabalho, com autores como Rui Mauro Marini, André Gunder Frank, Theotônio dos Santos, fortemente vinculados ao pensamento da CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina) dos anos 1960 e 1970;
- E o modelo de Circuito de ramos acompanhado do pressuposto da “nova divisão interregional do trabalho”, com autores como Philippe Aydalot, Alain Lipietz, Doreen Massey, com destaque nos anos 1970 e 1980.

Benko (1996) reconhece, neste conjunto de teorias, um caráter predeterminista no destino das áreas geográficas que ficam sempre sujeitas a determinadas estruturas ou classificações amplas, impondo limites ao sucesso de determinados países/regiões na escala internacional. Além disso, esquecem essas análises da especificidade das sociedades locais, o papel do Estado subnacional, a natureza das relações e compromissos sociais locais institucionalizados ou não.

Azzoni (1982) critica os modelos da Teoria da Localização, pois, estariam fundamentados em fatores estritamente econômicos, pecuniários, como os dife-

renciais de custos ou preços de fatores no espaço, com destaque para os custos de transportes e de mão-de-obra. Isard (apud Azzoni, 1982) já menciona que o efeito de economias de aglomeração, associadas às economias de escala, de localização e externalidades caminham no sentido da diminuição da importância dos outros fatores locais. Colocam-se aos modelos locais tradicionais limitações explicativas frente às atuais dinâmicas espaciais das atividades econômicas.

Outrossim, Azzoni (1982) constatou, através de estudos empíricos, que os empresários colocavam, dentre os fatores locais preponderantes, muitos elementos “não-econômicos” e mais ligados ao seu bem-estar que à rentabilidade do negócio. Os contextos históricos e institucionais e o nível de informação disponível aos empresários para suas escolhas aparecem também como elementos sonogados nas análises modelísticas tradicionais. A teoria neoclássica da firma cria um homem econômico desprovido de contexto histórico em uma “abstração inadequada”. (MASSEY, 1974, apud, AZZONI, 1982, p. 29).

4. Propostas de renovação: a geografia econômica renovada

Benko (1996) expõe como tese, dentro do contexto da globalização econômica, que a grande inovação da geografia econômica do final dos anos 1980 é a concepção de “desenvolvimento regional endógeno”, baseada na idéia de que o sucesso e o crescimento de regiões industriais seriam devidos essencialmente à sua dinâmica interna. Esse novo quadro teórico foi se constituindo com as seguintes contribuições (BENKO, 1996):

- A) Bagnasco, Trigilia, Brusco e Becattini: tratam da industrialização da chamada Terceira Itália, reativando a concepção de “distrito industrial” em virtude de um quadro de desenvolvimento endógeno apoiado em sistema de pequenas e médias empresas que mesclam concorrência-estímulo-cooperação.
- B) Piore e Sabel: emergência de um modelo mais geral de organização industrial chamado de “especialização flexível”, cujo símbolo seria o distrito industrial, além da inovação descentralizada e da atmosfera social;
- C) Scott, Storper, Walker: relacionando a abordagem regulacionista com abordagens neomarxistas e neoclássicas, esses autores analisam as dinâmicas de divisão do trabalho e os efeitos externos de aglomeração favoráveis ao crescimento de metrópoles e de *patchworks* de distritos;

D) Courlet, Pecqueur, Colletis (grupo de IREPD em Grenoble/França): com forte acento regulacionista, essa escola de pesquisa busca compreender o funcionamento de Sistemas e outros Arranjos produtivos locais franceses e europeus a partir das dimensões institucionais, tecnológicas e setoriais dos territórios locais, utilizando termos como “proximidade”, “convenções” e “governança”.

Posto isso, podemos afirmar que a análise geográfico-econômica atual não pode abrir mão de considerar que a economia mundial contemporânea é constituída por um mosaico global de regiões produtivas especializadas, com processos complexos de crescimento localizado, e alimentando forte interdependência com outras regiões (BENKO, 1996).

Storper (1993) contribui com a interpretação de uma proposta de “Geografia econômica renovada” associando o sucesso das atividades econômicas com sua maior ou menor territorialização, ou seja, as atividades produtivas chaves que envolvem segmentos de diferentes cadeias, com forte conteúdo de especialização, conhecimento e tecnologia, estão fortemente enraizadas em áreas territoriais centrais onde se têm acesso a “recursos não existentes em muitos outros espaços ou que não podem ser fácil e rapidamente criados e imitados nos locais que não os têm” (STORPER, 1993, p. 15).

Outro pressuposto para o entendimento das atuais estruturas organizacionais da produção, seja em Distrito, Sistema produtivo, Arranjo produtivo, Tecnopólo, entre outros, é o reconhecimento de que tais territórios se encontram envolvidos em uma dialética interescalar do local e do global, com o nacional interposto em seu quadro convencional. Nesse contexto se coloca como elemento intermediário as diferentes formas de governança, formas estas de organização política e social das redes de firmas e distritos que definem as escolhas dos rumos de desenvolvimento do território.

Assim, a partir de experiência própria de estudos na área (FUINI, 2007, 2010), selecionamos um quadro conceitual que ajuda a entender como se articulam atividades, atores e territórios em torno de determinados conceitos-chave:

Tabela 1 - Conceitos-chave da Geografia Econômica renovada

Conceitos-chave	Definição sintética	Alguns nomes difusores
Governança	Expressa as relações de organização de atores públicos e privados e instituições envolvidos em redes de empresas inseridas em territórios específicos. São formas de regulação com caráter híbrido e permeado entre o público-estatal e o privado-empresarial	Colletis, Gilly, Pecqueur, Dallabrida, Bourdin.
Competitividade	Influência que os territórios oferecem à competitividade dos negócios através da mobilização de seus recursos gerais e específicos.	Porter, Coutinho, Storper, Benko, Santos
Proximidade	Efeitos obtidos de forma intencional ou não devido à concentração territorial de atores privados e públicos, gerando sinergias positivas e efeitos de aglomeração (externalidades).	Rallet, Torre, Zimmerman
Mercado de trabalho local	Concentração de trabalhadores em dado lugar, gerando economias de aglomeração e promovendo determinadas instituições e convenções que consolidam as qualificações dos trabalhadores e regem com certa coerência o comportamento dos atores.	Scott, Storper, Oliveira
Recursos e ativos territoriais	Conjunto de fatores não necessariamente mercantis e eminentemente sociais e culturais que estimulam a diferenciação dos territórios, podendo ser genéricos ou específicos.	Benko, Storper
Conceitos-chave	Definição sintética	Alguns nomes difusores
Desenvolvimento territorial	Processo de mudança social de caráter endógeno, capaz de conciliar o crescimento da renda com a mudança qualitativa e melhoria do bem-estar da população de uma localidade ou uma região. O desenvolvimento territorial é dinamizado por expectativas dos agentes econômicos nas vantagens locais, no qual o território é o ator principal do desenvolvimento econômico regional, e as políticas, as organizações e a governança são recursos específicos, a um só tempo disponíveis ou a ser criados.	Benko, Boisier, Pires

Fonte: Compilação elaborada pelo autor.

5. Perspectivas de uma geografia econômica renovada: a governança

A análise da **governança**, na sua dimensão territorial, considera as articulações e interdependências entre atores sociais na definição de formas de coordenação e regulação dos processos econômicos e sociais territoriais. Essa conotação da governança aparece na França, no contexto político dos anos 1990, designando novas formas de ação coletiva (sociedade civil) em redes de atores surgidas pela fragmentação do sistema político-administrativo e insuficiência da ação pública estatal voltada somente à aplicação e produção de normas jurídicas (BOURDIN, 2001).

Concebendo também as estruturas de governança como alavancas da competitividade e do desenvolvimento territorial das regiões e aglomerados produtivos, pode-se considerar que esse termo engloba ferramentas sociais e políticas formais e informais voltadas à obtenção e manutenção de externalidades regionais e reservas de economias de aglomeração que permitam obter padrões de coordenação do bem estar social de comunidades locais (SCOTT, 1998). A governança territorial é definida como o processo institucional-organizacional de construção de uma estratégia para compatibilizar os diferentes modos de coordenação entre atores geograficamente próximos em caráter parcial e provisório atendendo a premissa de resolução de problemas inéditos. Estes compromissos articulam: os atores econômicos entre si e estes com os atores institucionais-sociais e políticos através de “regras do jogo”; e a dimensão local e a global (nacional ou mundial) através das mediações realizadas por atores ancorados no território (COLLETIS, GILLY et. alii, 1999).

A abordagem do termo governança, na perspectiva da teoria da regulação, abarca, mais especificamente, as estruturas de coordenação e tomada de decisões da rede de relações entre unidades de produção e fornecedores-compradores, envolvendo a combinação de diferentes formas de hierarquia, subcontratação, parceria, “atmosfera”, agências públicas e para-públicas, de cooperação em tecnologias, etc. (BENKO, 1996). Segundo Dallabrida (2006), o termo governança territorial se refere também às iniciativas ou ações que expressam a capacidade de uma sociedade organizada territorialmente para gerir os assuntos públicos a partir do envolvimento conjunto e cooperativo dos atores sociais, econômicos e institucionais.

6. Perspectivas de uma geografia econômica renovada: a competitividade

Segundo Ferraz; Coutinho (1995, p. 19), o desempenho competitivo de uma empresa, indústria e nação é condicionado por um vasto conjunto de fatores que pode ser subdividido naqueles internos à empresa, nos de natureza estrutural, pertinentes aos setores e complexos industriais, e nos de natureza sistêmica, referentes ao ambiente macroeconômico e político. Outro exemplo de análise da *competitividade* é o modelo proposto por Michael Porter (1990) para estudo da vantagem competitiva das nações, denominado popularmente de “diamante da competitividade”, que se baseia em quatro atributos principais (Condição de fatores, condições de demanda, indústrias correlatas e de apoio, estratégia, estrutura e rivalidade das empresas) e outros três elementos catalisadores (Papel do acaso, papel do governo, concentração geográfica).

Fica patente, assim, que a noção de competitividade, ao consolidar uma reflexão sistêmica, acaba por demandar uma análise eminentemente espacial, ou territorial, algo confirmado por Porter (1999) ao ratificar que a concentração geográfica é um dos elementos que tem a capacidade de transformar os atributos da competitividade em um “verdadeiro sistema”. A concentração geográfica, traduzida nas categorias de território e região e nas escalas espaciais, se coloca como um dos determinantes da competitividade, mas um determinante diferenciado, já que é o único que tem a capacidade de aglutinar os outros determinantes em um sistema, favorecendo o intercâmbio de informação, o agrupamento de competidores, clientes, serviços e outros fatores que por fim, estimulam processos de melhoria e inovação.

Ao se criar um vínculo especial entre competitividade e espaço, obtém-se uma fragmentação do território em lugares mais ou menos atrativos aos investimentos, a partir das condições locais técnicas e regulatórias. Tal lógica se reporta à noção de “produtividade espacial ou geográfica”, que Santos (1996) traduz como as condições naturais e artificialmente criadas que se sobressaem, em decorrência do progresso técnico e dos suportes geográficos da informação e que, aplicadas a um lugar em torno de um produto ou conjunto de atividades, passam a oferecer melhores vantagens comparativas de localização.

Criam-se, então, condições tanto teóricas como empíricas, para se pensar na idéia de uma “competitividade territorial”, compreendida pela influência que as localidades, regiões, países e enfim, os territórios, oferecem à competitividade dos negócios. Nesse sentido, a competitividade que se desenvolve no âmbi-

to local e regional é valorizada como o ponto onde aportam os investimentos, se desenvolvem as especializações, se concentram firmas, serviços, universidades, onde se desenvolvem habilidades, conhecimentos e tecnologia, enfim, onde se criam, se reproduzem e enfraquecem as estratégias competitivas.

Pires; Selingardi-Sampaio (2000, p. 51-52) também compartilham das visões acima expostas ao trabalharem com a noção de competitividade regional sob o prisma da logística regional, ou seja, para se viabilizar a competitividade e o bem-estar social das regiões levam-se em consideração as infraestruturas materiais e imateriais (redes de fluxos e cadeias produtivas) que atendam não somente às necessidades econômicas, mas também às realizações sociais públicas e privadas de cada localidade.

7. Perspectivas de uma geografia econômica renovada: a proximidade

A premissa básica que condiciona o estabelecimento de agrupamentos de empresas com laços mais ou menos coesos é a ideia de *proximidade*. Segundo Torre (2003), podem existir três tipos de proximidades que se complementam: a *proximidade geográfica*, que considera a distância espacial entre empresas e suas localizações; a *proximidade organizada*, que trata da proximidade entre atores que pertencem ao mesmo espaço de relações (firma, rede, sistema) e que se entrelaçam por interações de diferentes naturezas (representações, convenções); e a *proximidade institucional*, que corresponde à intersecção entre os dois outros tipos de proximidade e corresponde a um tipo de coordenação entre atores que extrapola a simples lógica dos preços, envolvendo relações de confiança, cooperação, interação tecnológica e ancoragem territorial.

Rallet (2000) afirma que um dos principais interesses em pesquisas sobre proximidade é verificar a dimensão espacial da coordenação entre agentes, considerando a importância das formas de imersão nos sistemas de relações sociais e contextos locais sobre os mecanismos de competitividade territorial. Nesse sentido, a análise da governança é enriquecida quando se busca compreender a transição de aglomerações sócio-produtivas baseadas em relações de proximidade geográfica para mecanismos de proximidade organizada.

8. Perspectivas de uma geografia econômica renovada: os recursos e ativos

Benko; Pecqueur (2001) caracterizam o conjunto de fatores não necessariamente mercantis e eminentemente sociais e culturais que estimulam a diferenciação dos territórios, pela tipologia dos *recursos e ativos territoriais*, genéricos e específicos. Os recursos são fatores ainda latentes, a organizar e explorar e os ativos são fatores já em mobilização.

Os ativos e recursos genéricos são fatores totalmente transferíveis, espacialmente através de trocas mercantis, caracterizando seu valor no processo produtivo por uma questão de preço, como nos moldes da antiga ideia de competitividade industrial. Já os ativos e recursos específicos implicam em custos de transferência muito elevados ou que não podem ser dimensionados, definindo seu valor em função das condições de seu uso e dos processos interativos e cognitivos engendrados no ambiente histórico-cultural em que são configurados. Estes últimos elementos são aqueles que definem a diferenciação de um contexto territorial na concorrência com outros lugares através dos serviços e fornecedores especializados, da mão de obra qualificada e, sobretudo, das estruturas organizacionais e institucionais locais (COLLETIS-WAHL; PECQUEUR, 2001).

A especificidade dos recursos pode ser considerada, então, o início de um processo que passa pela institucionalidade da governança territorial e cujo objetivo final é a obtenção de uma vantagem competitiva para uma dada localidade. Desse modo, certos elementos são reconhecidos hoje como importantes fontes de melhoria e aperfeiçoamento competitivo, a maior parte deles dependentes de acordos e vínculos que aproximam atores representativos na busca de obter melhorias nos processos e relações produtivas locais.

9. Perspectivas de uma geografia econômica renovada: o mercado local de trabalho

A relação do “trabalho” com seu contexto espacial se encontra profundamente modificada na atualidade devido aos profundos processos de reestruturação produtiva, com o uso de novas tecnologias e formas de gestão da mão de obra, e pelas políticas locais de emprego, que acabaram atuando no sentido de dar maior liberdade alocativa ao capital industrial na busca de maior rentabilidade em lu-

gares afastados das pressões sindicais e das altas remunerações, características do emprego fordista, disseminando-se formas de emprego mais flexíveis e precárias (FUINI, 2008).

No entanto, o uso da noção de *mercado local de trabalho* ou “mercado de trabalho local” ainda continua essencial, pois está na base da reprodução territorial e dissolução de “sistemas industriais concentrados locacionalmente”. Considera-se mercado local de trabalho como a concentração de trabalhadores em dado lugar, gerando economias de aglomeração e promovendo determinadas instituições e convenções que consolidam as qualificações e habilidades dos trabalhadores e regem com certa estabilidade o comportamento dos atores. Mas o mercado de trabalho vai além de uma simples bacia de empregos definida no plano da oferta e procura por emprego com certas qualificações nas zonas urbanas (SCOTT; STORPER, 1988, p. 35).

O mercado local de trabalho é caracterizado também pela dimensão social da força de trabalho local no âmbito de um conjunto de atitudes e práticas dos trabalhadores em torno de contrato de emprego e dos salários, das relações profissionais no seio das unidades de produção e da presença de um coletivo geográfico de trabalhadores atuando politicamente em torno dos sindicatos e associações representativas. Para Pires (2000), as relações salariais locais (aquelas relativas ao contrato de emprego) se expressam também através de costumes e regras não necessariamente escritas que direcionam aos empregadores e assalariados de um ramo localizado em uma região os caminhos de colocar os compromissos locais em certa estabilidade.

10. Perspectivas de uma geografia econômica renovada: o desenvolvimento territorial

O *desenvolvimento territorial* se define pela escala espacial do processo de desenvolvimento econômico e social, abarcando os níveis local, regional, nacional e global (internacional). O processo de desenvolvimento envolve a mobilização de atores, recursos e instituições com forte vínculo espacial, com objetivo de alavancar a competitividade das atividades econômicas locais e propiciar bem-estar social e cultural à comunidade que vive neste meio. O conteúdo e a razão de ser de uma política ou estratégia de desenvolvimento abrangem as potencialidades, interesses e conflitos do meio territorial em torno de um processo de mudança quantitativa e qualitativa de suas bases produtivas, políticas e sociais (BOISIER, 2000).

O desenvolvimento local, outra raiz explicativa para o desenvolvimento territorial, tem como parâmetro a existência de formas de regulação internas dos movimentos econômicos e sociais, estando muitas vezes associado à ideia de desenvolvimento endógeno. Benko (1996) aborda o conceito de desenvolvimento local em associação a outros conceitos próximos, como desenvolvimento endógeno, territorial, autocentrado ou “desde baixo”, opondo-se à rigidez do desenvolvimento vertical ou outorgado. Trata-se, pois, de uma estratégia de diversificação e de enriquecimento das atividades sobre um dado território com base na mobilização de seus recursos (naturais, humanos e econômicos) e de suas energias, opondo-se às estratégias centralizadas de ordenamento do território. Em cenário de uma economia flexível, as políticas de desenvolvimento local demandam a definição de estratégias de financiamento e de formação, passando pela descentralização dos níveis de decisão política, econômica e financeira.

O conceito de desenvolvimento territorial aparece como um panorama teórico amplo, que abarca todos os outros conceitos dentro de estratégias determinadas de *governança* de uma determinada região para a mobilização de *recursos/ativos locais*, dentre eles o próprio *mercado local de trabalho*, para a obtenção de vantagens quanto à *competitividade* em relação às outras regiões, em contextos de *proximidade* geográfica e institucional entre atores. Esse incremento produtivo e econômico pode levar a um aumento da renda local e uma melhoria na qualidade de vida de sua comunidade, sendo pois todo esse processo e o seu estágio final como o de desenvolvimento do território. Desta forma, “o desenvolvimento territorial é o resultado de uma ação coletiva intencional de caráter local, um modo de regulação territorial, uma ação associada a uma cultura, a um plano e instituições locais, tendo em vista arranjos de regulação das práticas sociais” (PIRES, MULLER, VERDI, 2006, p. 448).

11. Considerações finais

Como foi exposto nesse artigo, o processo de mudança da Geografia econômica decorre do surgimento, no cenário internacional inicialmente, de pesquisas que se voltam à dois campos distintos: um deles busca explicar as decisões locacionais das atividades econômicas associadas às economias de aglomeração e externalidades, em uma panorama mais quantitativo e estruturalista; o outro se direciona para a compreensão da conexões existentes entre atividades produtivas

e territórios locais/regionais, suas instituições e recursos específicos, em um panorama mais qualitativo e regulacionista.

No entanto, emerge na atualidade a concepção de que existe um “mosaico global de regiões” produtivas que expressam diferentes formas de articulação entre atores, capitais e territórios, mobilizando muito mais do que recursos mercantis, mas também toda uma história, cultura e formas de relacionamento de cada localidade. Assim, não se consegue explicar a contento as estratégias territoriais da indústria sem se recorrer a conceitos como governança, competitividade, proximidade, mercado local de trabalho e recursos territoriais.

Oriundos, em sua maior parte, do jargão econômico e das políticas públicas, todos esses termos se envolvem em um corpo conceitual maior denominado de “desenvolvimento territorial”, processo este que reconhece as diferentes formas de organização dos territórios subnacionais (*governança*) para promoverem e diferenciarem suas estruturas sócio-produtivas (*competitividade*) por meio dos diversos tipos de relacionamentos entre seus atores/instituições (*proximidade*) e as formas de organização do trabalho (*mercados locais de trabalho*) para mobilização de elementos inerentes a determinado contexto territorial (*recursos*). Esse corpo teórico é o que chamamos de uma “Geografia econômica renovada”.

Referências

ANDRADE, M. C. **Geografia Econômica**. São Paulo: Atlas, 1973.

AZZONI, C. R. **Teoria da Localização**: Uma análise crítica. São Paulo: IPE/USP, 1982.

BENKO, G. **Economia, espaço e globalização**: Na aurora do século XXI. São Paulo: Hucitec, 1996.

BENKO, G.; PECQUEUR, B. *Os recursos de territórios e os territórios de recursos*. **Geosul**, Florianópolis, n. 32, v. 16, p. 31-50, jul. /dez, 2001.

BOISIER, S. *Desarrollo (local): De que estamos hablando?* In BECKER, D.; BANDEIRA, P. S. F., **Desenvolvimento local/regional**: Determinantes e desafios contemporâneos. Santa Cruz do Sul: Unisc, 2000, p. 151-185.

BOURDIN, A. **A Questão Local**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001

COLLETIS, G., GILLY, J.P., LEROUX, I., PECQUEUR, B., PERRAT, J., RYCHEN,

F., ZIMMERMANN, J.B. *Construction territoriale et Dynamiques productives. Revue Sciences de la Société*, n. 48, Outubro de 1999.

COLLETIS-WAHL, K.; PECQUEUR, B. *Territories, Development, and Specific Resources: What Analytical Framework? Regional Studies*, London/UK, RSA, n. 5, v.35, p. 449-459, 2002.

COUTINHO, L., FERRAZ, J. **Estudo da Competitividade da Indústria Brasileira**. Papirus:

Rio de Janeiro, 1995.

DALLABRIDA, V. R. *Governança territorial: Um primeiro passo na construção de uma proposta teórico-metodológica. 3º Seminário Internacional sobre Desenvolvimento local*. Santa Cruz do Sul: Unisc, 2006. Disponível em <<http://www.capitalsocialsul.com.br>>. Acesso em maio de 2007.

DINIZ, C. C. Desenvolvimento poligonal no Brasil: Nem desconcentração nem contínua polarização. **Revista Nova Economia**, Belo Horizonte, v.3, n. 1, 1993.

EGLER, C. *Que fazer com a Geografia econômica neste final de século? Textos LAGET*, n.5, p. 5-12, 1994.

FUINI, L. L. **Manifestações da Governança territorial no Brasil**: Uma análise do 'Circuito das águas paulista' e do 'Circuito das malhas do Sul de Minas Gerais'. Tese (Doutorado), Programa de Pós-graduação em Geografia, IGCE-UNESP, Rio Claro, 2010, 191 p.

FUINI, L. L. **A Relação entre Competitividade e Território no Circuito das Malhas do Sul de Minas**. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-graduação em Geografia, IGCE-UNESP, Rio Claro, 2007, 189 p.

FUINI, L. L. *Estudo do mercado de trabalho em arranjo produtivo local (APL): território e produção cerâmica em Santa Gertrudes/SP. Sociedade e Natureza*, Uberlândia, n. 20, v.1, p. 75-85, jun. 2008

GEORGE, P. **Geografia Econômica**. São Paulo/Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1967.

KRUGMAN, P. *O que há de novo na "nova geografia econômica? Oxford Review of Economic Policy*, n. 14, v. 2, p.7-17, 1998.

KRUGMAN, P. **Desarrollo, Geografía y Teoría económica**. Barcelona: Antoni Bosch, 1995.

LEMOS, M. B.; DINIZ, C. C.; GUERRA, L. P.; MORO, S. *A nova configuração regional brasileira e sua geografia econômica*. **Estudos Econômicos**, São Paulo, n. 33, v. 4, p. 665-700, out./dez. 2003.

LOSCH, A. **The Economics of Location**. New Haven, Conn.: Yale University Press, 1954.

MATTOSO, J. **A desordem do trabalho**. São Paulo: Scritta, 1995.

PIRES, E. L. S. *Crise de regulação e possibilidades da relação salarial no capitalismo contemporâneo*. In: SILVA, J. P.; DOS SANTOS, M. S.; RODRIGUES, I. J. (org.). **Crítica Contemporânea: Cultura, Trabalho, Racismo e Política**, São Paulo: Ed. Anna Blume, 2002. p. 169-194.

PIRES, E. L. S.; SELINGARDI-SAMPAIO, S. *Indústria e Exportação na Região de Rio Claro: Problemas e Desafios da Competitividade Industrial e do Comércio Exterior no limiar do Século XXI*. **Geografia**, Rio Claro/SP, Ageteo, n.3, v. 25, p.45-71, Dez. 2000.

PIRES, E. L. S.; MÜLLER, G.; VERDI, A. *Instituições, Territórios e Desenvolvimento Local: Delineamento preliminar dos aspectos teóricos e morfológicos*. **Geografia – Associação de Geografia Teorética - Rio Claro/SP**, v. 31, p. 437-454, set./dez. 2006.

PIRES, J. M. *Economia Regional e Urbana*. In PINHO, D. B.; VASCONCELLOS, M. A. S.(org.), **Manual de Economia: Equipe de professores da USP – 3ª. ed. - SP: Saraiva**, 1998.

PORTER, M. **Competição: Estratégias Competitivas Essenciais**. Rio de Janeiro: Elsevier/ Campus, 1999.

PORTER, M. **A Vantagem Competitiva das Nações**. 7ª. ed. - Rio de Janeiro: Campus , 1990.

RALLET, A. **Leconomie de proximites**. Texte présentée devant le groupe Dynamiques de Proximité, Marseille, GREQAM, 2000.

ROSTOW, Walt W. **Etapas do desenvolvimento econômico: Um manifesto não-comunista**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1964.

RUIZ, R. M. *A nova geografia econômica: um barco com a lanterna na popa?* , **Universidade Federal de Minas Gerais**, Maio de 2003

SANTOS, M. **A natureza do espaço: Técnica e tempo, Razão e emoção**. SP: Hucitec, 1996.

SANTOS, M. **Economia espacial**: Críticas e alternativas. 2a. ed. - São Paulo: Edusp 2003.

SCOTT, A. **Regions and the World Economy**: The Coming shape of Global production, competition and political order. New York : Oxford, 1998.

SCOTT, A; STORPER, M. *Indústria de Alta Tecnologia e Desenvolvimento Regional: uma crítica e reconstrução teórica*. **Espaço e Debates**, São Paulo, n. 25, v.2, p. 30-44, 1988.

STORPER, M. Territorialização numa Economia Global: potencialidades de desenvolvimento tecnológico, comercial e regional em economias subdesenvolvidas. In: LAVINAS, L., CARLEIAL, L. M.; NABUCO, M. R. (Org.). **Integração, Região e Regionalismo**. São Paulo: Bertrand Brasil, 1993, p.13-26.

STORPER, M.; WALKER, R. **The Capitalist Imperative**: Territory, Technology, and Industrial Growth. Oxford: Basil Blackwell, 1989.

TORRE, A. Desenvolvimento local e relações de proximidade: Conceitos e questões. **Revista Internacional de Desenvolvimento Local - Interações**, Universidade Católica Dom Bosco/MS, v. 4, n. 7, p. 27-39, set. 2003.